



CRÉDITO
& MERCADO



Nossa Visão - Retrospectiva (01/07/2025)

No Brasil, a ata do Copom avaliou que o cenário econômico segue desafiador, com pressões inflacionárias persistentes e expectativas desancoradas para os próximos anos. Apesar de algum dinamismo na atividade e no mercado de trabalho, há sinais de moderação no crescimento, enquanto a inflação de serviços e os núcleos inflacionários continuam elevados, conforme apontado. A ata também mencionou que o ambiente internacional também permanece instável, com incertezas fiscais nos EUA e tensões geopolíticas que afetam os mercados globais e exigem cautela adicional na condução da política monetária.

Diante do cenário exposto, o COPOM decidiu elevar a Selic em 0,25 pontos percentuais, para 15,00% ao ano, reforçando a necessidade de manter a taxa em patamar contracionista por um período prolongado para garantir a convergência da inflação à meta. Contudo, como mencionado no comunicado pós reunião, o comitê fará uma interrupção no ciclo de alta para avaliar os efeitos gerados apesar de citar que não hesitará em retomar os ajustes caso necessário.

Ainda no Brasil, o IPCA-15 de junho registrou alta de 0,26%, desacelerando em relação aos 0,36% de maio. A inflação acumulada em 12 meses ficou em 5,27%, levemente abaixo dos 5,40% anteriores. Dos nove grupos do cesto, sete apresentaram alta, com destaque para Habitação (1,08%) e Vestuário (0,51%). Já o grupo Alimentação e bebidas recuou 0,02%.

Já nos Estados Unidos, o principal índice de inflação observado pelo FED, o PCE, subiu 0,1% em maio, acumulando alta de 2,3% em 12 meses, resultado alinhado às expectativas do mercado e ainda acima da meta de 2% do Fed. O núcleo do índice, que exclui alimentos e energia, avançou 0,2% no mês e 2,7% no ano, acima do estimado pelo mercado. Esses dados reforçam a cautela do Federal Reserve em relação a cortes de juros, especialmente diante da perspectiva de novas pressões inflacionárias oriundas da política tarifária adotada pelo governo norte americano.

O PMI composto americano, medidor das expectativas dos gerentes de grandes companhias dos EUA, recuou ligeiramente em junho, passando de 53,0 para 52,8 pontos, refletindo uma leve desaceleração na atividade econômica, embora ainda indicando expansão.

O setor de serviços também mostrou queda, enquanto a indústria permaneceu estável, mas com forte pressão de custos. Os aumentos nos preços de insumos e vendas, especialmente na manufatura, foram atribuídos principalmente às tarifas impostas recentemente, o que tem elevado os custos para empresas e consumidores.

Nossa Visão - Focus (01/07/2025)

IPCA: A expectativa do ano de 2025 permanece em 5,24% e em 2026 4,50%.

PIB: A expectativa do PIB permanece 2,21% em 2025 e em 2026 aumentou de 1,85% para 1,87%.

Câmbio: A expectativa do ano de 2025 permanece em R\$/US\$5,72 . Em 2026 diminuiu de R\$/US\$5,80 para R\$/US\$5,79.

Selic: Em 2025 permanece em 15% e em 2026 se manteve em 12,50%.

Nossa Visão - Perspectivas (01/07/2025)

Para esta semana, os destaques na agenda econômica serão no exterior. Na terça-feira, o CPI de junho da zona do Euro será divulgado, além do PMI industrial de junho dos Estados Unidos e o relatório JOLTS de maio. Ainda sobre os Estados Unidos, teremos a divulgação do Nonfarm Payroll e a taxa de desemprego de junho e o PMI de Serviços na quinta.

Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco desnecessário e perdas financeiras para os RPPS. Para tanto, recomendamos a diminuição de maneira gradativa da exposição em fundos atrelados às durações mais longas dos IMAs, como o IMA-B 5+ e o IMA-B e IMA-Geral.

Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livres de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição do RPPS em fundos deste segmento para o patamar de 5% do portfólio.

Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duração, em especial, em ativos pós-fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto a ser atingido pela Selic, recomendamos cautela por parte dos investidores na exposição de ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido à marcação a mercado.

Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros e suas revisões altas, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós-fixados atrelados à taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses.

Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS.

Quanto à recomendação relacionada à renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio.

Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos.

No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio.

Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão.

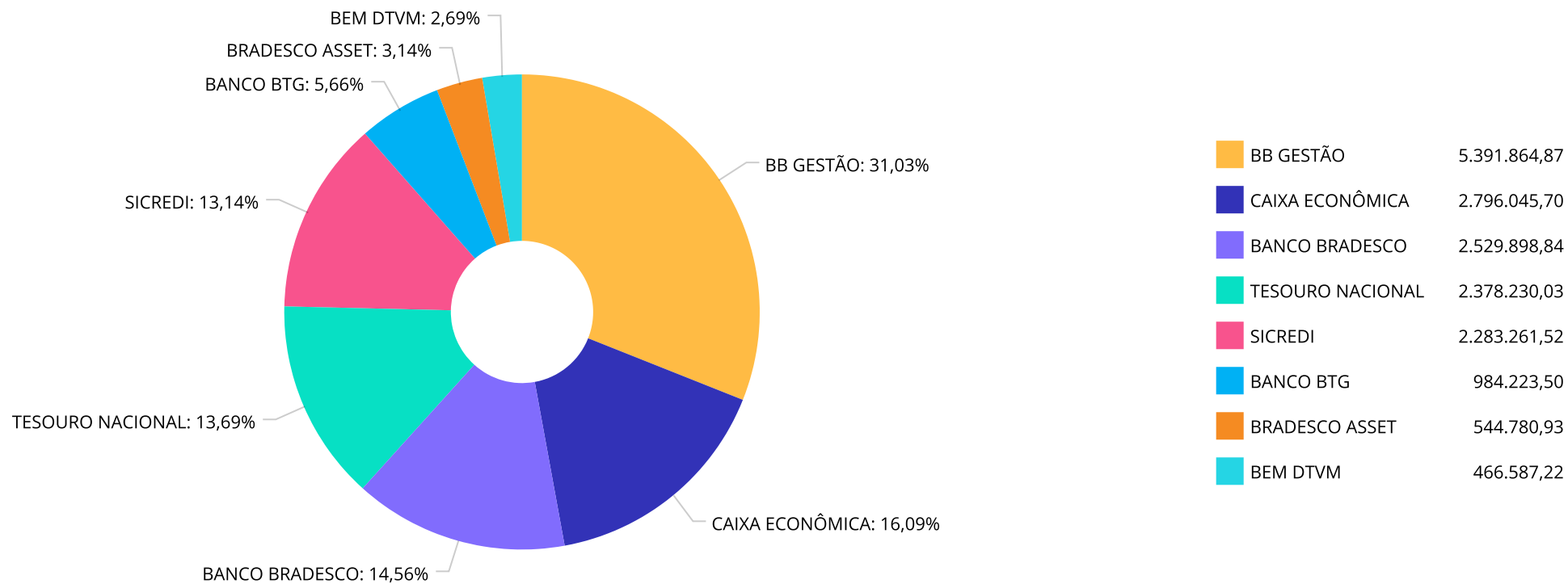
Carteira consolidada de investimentos - base (Maio / 2025)

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
TÍTULOS PÚBLICOS			2.378.230,03	13,69%		0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea a
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA F...	D+0	17/08/2026	418.259,80	2,41%	414	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE ESPECIAL 2026 RESP L...	D+0	Não há	831.953,30	4,79%	84	0,13%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
SICREDI TAXA SELIC FIC RENDA FIXA LP	D+1	Não há	1.035.736,59	5,96%	20.210	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA F...	D+0	Não há	461.910,55	2,66%	1.117	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI FI RENDA FIXA	D+0	Não há	1.086.293,43	6,25%	4.794	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA CUR...	D+0	Não há	485.754,54	2,80%	267	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVI...	D+0	Não há	12.111,74	0,07%	1.117	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TESOURO FIC RENDA FIXA SELIC LP	D+0	Não há	1.071.991,65	6,17%	122.985	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 FI RENDA FIXA P...	D+0	15/08/2030	521.857,17	3,00%	123	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI RENDA FIXA P...	D+0	15/05/2027	716.196,73	4,12%	222	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BRDESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA RE...	D+0	Não há	1.074.536,52	6,18%	697	0,01%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	D+0	Não há	500.861,94	2,88%	613	0,01%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDE...	D+0	Não há	1.538.699,51	8,86%	1.340	0,01%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
LF BTG - IPCA + 7,91% - VECTO: 18/03/2030	D+0	18/03/2030	513.594,33	2,96%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV

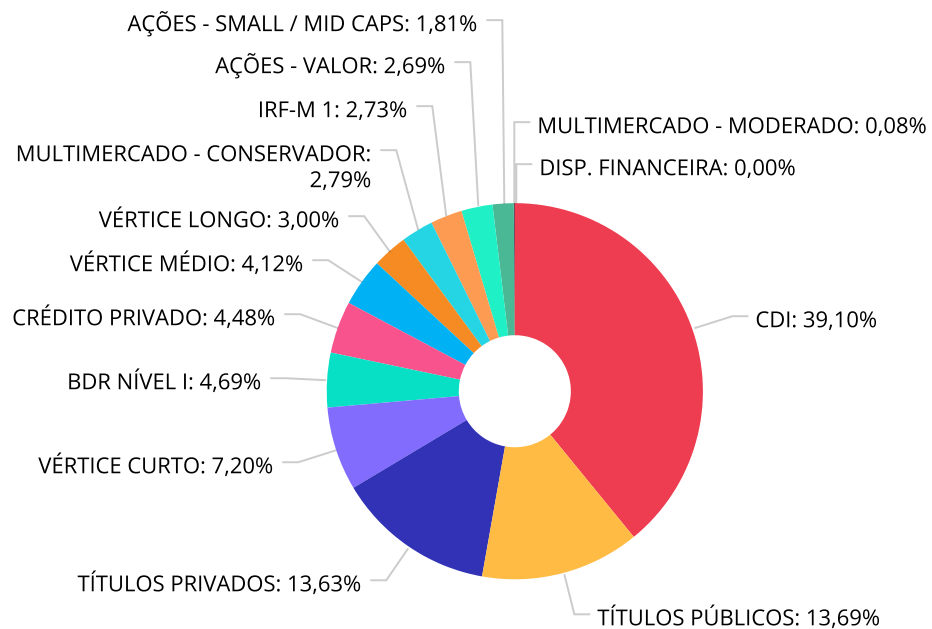
Carteira consolidada de investimentos - base (Maio / 2025)

Produto / Fundo	Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Cotistas	% S/ PL do Fundo	Enquadramento
LF BRADESCO - IPCA + 6,50% - VECTO: 13/07/2026	D+0	13/07/2026	544.780,93	3,14%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
LETRA FINANCEIRA BRADESCO TAXA IPCA + 6,64%	D+0	Não se aplica	219.696,53	1,26%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
LETRA FINANCEIRA BRADESCO TAXA IPCA + 6,47%	D+0	Não se aplica	219.426,86	1,26%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
LF BTG - IPCA + 7,91% - VECTO: 18/03/2030	D+0	18/03/2030	513.594,33	2,96%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
LF BRADESCO - IPCA + 7,88% - VECTO: 14/03/2030	D+0	14/03/2030	399.298,76	2,30%		0,00%	Artigo 7º, Inciso IV
SICREDI BAIXO RISCO FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVA...	D+1	Não há	161.231,50	0,93%	28.599	0,01%	Artigo 7º, Inciso V, Alínea b
BRADESCO PERFORMANCE INSTITUCIONAL FIC RENDA FIX...	D+5 du	Não há	616.940,17	3,55%	147	0,02%	Artigo 7º, Inciso V, Alínea b
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	D+3	Não há	466.587,22	2,69%	350	0,09%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	D+4	Não há	315.008,47	1,81%	3.763	0,06%	Artigo 8º, Inciso I
BB TECNOLOGIA FI AÇÕES BDR NÍVEL I	D+3	Não há	280.794,97	1,62%	17.384	0,06%	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	D+4	Não há	534.260,38	3,07%	387	0,02%	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO L...	D+15	Não há	14.221,36	0,08%	70	0,01%	Artigo 10º, Inciso I
CAIXA HEDGE FIC MULTIMERCADO LP	D+1 du	Não há	484.028,46	2,79%	669	1,20%	Artigo 10º, Inciso I
Total para cálculo dos limites da Resolução			17.374.892,61				
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			205,23				Artigo 6º
PL Total			17.375.097,84				

Distribuição dos ativos por Administradores - base (Maio / 2025)



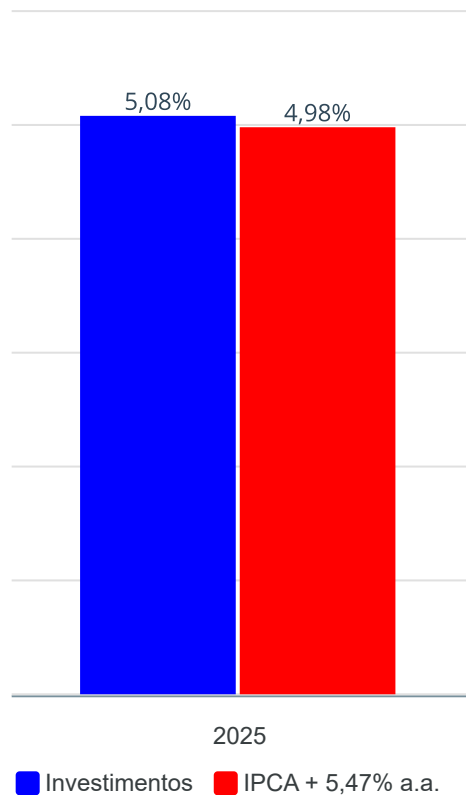
Distribuição dos ativos por Sub-Segmentos - base (Maio / 2025)



CDI	6.793.874,18
TÍTULOS PÚBLICOS	2.378.230,03
TÍTULOS PRIVADOS	2.367.426,58
VÉRTICE CURTO	1.250.213,10
BDR NÍVEL I	815.055,35
CRÉDITO PRIVADO	778.171,67
VÉRTICE MÉDIO	716.196,73
VÉRTICE LONGO	521.857,17
MULTIMERCADO - CONSERVADOR	484.028,46
IRF-M 1	474.022,29
AÇÕES - VALOR	466.587,22
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	315.008,47
MULTIMERCADO - MODERADO	14.221,36
DISP. FINANCEIRA	205,23

Retorno e Meta Atuarial acumulada no ano de 2025

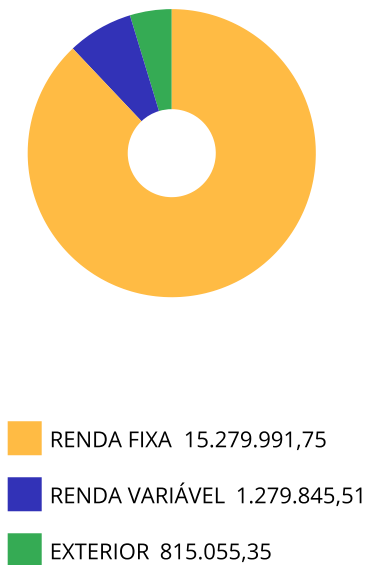
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VaR (%)
Janeiro	15.226.291,05	589.420,11	393.000,00	15.597.848,64	175.137,48	1,14%	0,63%	181,18%	1,40%
Fevereiro	15.597.848,64	303.127,18	451.000,81	15.526.514,21	76.539,20	0,49%	1,74%	28,22%	1,17%
Março	15.526.514,21	4.307.987,79	3.630.201,40	16.304.605,97	100.305,37	0,62%	0,96%	64,17%	1,39%
Abril	16.304.605,97	695.982,84	334.200,00	16.884.908,91	218.520,10	1,31%	0,86%	153,28%	2,21%
Maio	16.884.908,91	1.426.125,77	1.181.040,60	17.374.892,61	244.898,53	1,43%	0,71%	202,52%	1,27%
					815.400,68	5,08%	4,98%	101,98%	



Total da Carteira: 17.374.892,61

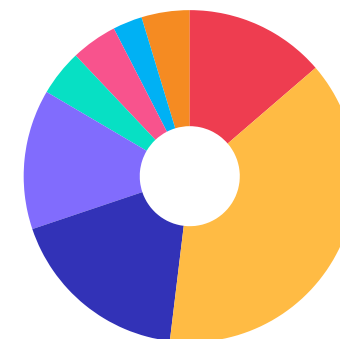
Enquadramentos na Resolução 4.963/2021 e Política de Investimento - base (Maio / 2025)

Artigos - Renda Fixa	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea a	100,00%	2.378.230,03	13,69%	0,00%	15,00%	32,00%	3.181.735,61
Artigo 7º, Inciso I, Alínea b	100,00%	6.642.065,50	38,23%	0,00%	32,00%	60,00%	3.782.870,07
Artigo 7º, Inciso I, Alínea c	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	868.744,63
Artigo 7º, Inciso III, Alínea a	60,00%	3.114.097,97	17,92%	0,00%	12,00%	60,00%	7.310.837,60
Artigo 7º, Inciso III, Alínea b	60,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	60,00%	10.424.935,57
Artigo 7º, Inciso IV	20,00%	2.367.426,58	13,63%	0,00%	0,00%	20,00%	1.107.551,94
Artigo 7º, Inciso V, Alínea a	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	868.744,63
Artigo 7º, Inciso V, Alínea b	5,00%	778.171,67	4,48%	0,00%	0,00%	5,00%	90.572,96
Artigo 7º, Inciso V, Alínea c	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	868.744,63
Total Renda Fixa	100,00%	15.279.991,75	87,94%	0,00%	59,00%	252,00%	

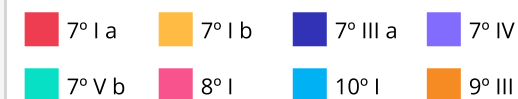


Enquadramentos na Resolução 4.963/2021 e Política de Investimento - base (Maio / 2025)

Artigos - Renda Variável	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 8º, Inciso I	30,00%	781.595,69	4,50%	0,00%	19,00%	30,00%	4.430.872,09
Artigo 8º, Inciso II	30,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	30,00%	5.212.467,78
Artigo 10º, Inciso I	10,00%	498.249,82	2,87%	0,00%	7,00%	10,00%	1.239.239,44
Artigo 10º, Inciso II	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	868.744,63
Artigo 10º, Inciso III	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	868.744,63
Artigo 11º	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	868.744,63
Total Renda Variável	30,00%	1.279.845,51	7,37%	0,00%	31,00%	85,00%	



Artigos - Exterior	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite -			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 9º, Inciso I	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	1.737.489,26
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	1.737.489,26
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	815.055,35	4,69%	0,00%	10,00%	10,00%	922.433,91
Total Exterior	10,00%	815.055,35	4,69%	0,00%	10,00%	30,00%	



RECOMENDAÇÕES GERAIS

Sugestão de Realocação Completa

Origem da Aplicação	Resgate (\$)		Aplicação (\$)	Sugestão de Ativo
CDI	500.000,00	→	500.000,00	AÇÕES - DIVIDENDOS
CDI	500.000,00	→	500.000,00	AÇÕES - LIVRES
CDI	500.000,00	→	500.000,00	FUNDO IMOBILIÁRIO
CDI	500.000,00	→	500.000,00	LETRAS FINANCEIRAS
CDI	500.000,00	→	500.000,00	MULTIMERCADO - EXTERIOR
CDI	1.000.000,00	→	1.000.000,00	TÍTULOS PÚBLICOS

Estratégia de Alocação - Sugestão Completa

Total da Carteira: 17.375.097,84

Grupo Sub Segmentos	Carteira Atual	%	\$	Carteira Alterada
TÍTULOS PÚBLICOS	13,69%	5,76%	1.000.000,00	19,45%
IRF-M 1	2,73%	0,00%	0,00	2,73%
CDI	39,10%	-20,14%	-3.500.000,00	18,96%
AÇÕES	4,50%	5,76%	1.000.000,00	10,26%
MULTIMERCADO	2,87%	0,00%	0,00	2,87%
FUNDO IMOBILIÁRIO	0,00%	2,88%	500.000,00	2,88%
AÇÕES EXTERIOR - MULTIMERCADO EXTERIOR	4,69%	2,88%	500.000,00	7,57%
TÍTULOS PRIVADOS	13,63%	2,88%	500.000,00	16,51%
VÉRTICE CURTO	7,20%	0,00%	0,00	7,20%
VÉRTICE LONGO	3,00%	0,00%	0,00	3,00%
VÉRTICE MÉDIO	4,12%	0,00%	0,00	4,12%
CRÉDITO PRIVADO	4,48%	0,00%	0,00	4,48%
TOTAL	100,00%			100,00%

Ferramentas Adicionais: Para as melhores opções de investimentos, recomendamos a utilização da ferramenta disponível na **Plataforma (Comparativos)**, para a análise conjunta de desempenho dos fundos de investimentos e, num segundo momento, recomendamos a utilização da ferramenta **Plataforma (Análise)**, para solicitar a análise do fundo de investimento escolhido individualmente.

Conclusão

Introdução: As diversificações apresentadas atende o proposto em nossos informes periódicos, para então ajustar os investimentos na obtenção dos melhores resultados e na mitigação dos riscos, dando prioridade aos ativos já pertencentes à carteira no período analisado.

Contém desenquadramentos? Sim () Não (x)

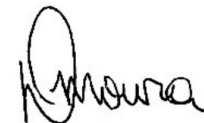
Atenção: No caso de aplicações em fundos do mesmo vértice, ressaltamos a importância de distribuir os recursos em mais de um fundo de investimento, evitando o desenquadramento, em atenção ao Artigo 18º, da Resolução CMN nº 4.963 / 21 e suas alterações.

Nível de Liquidez do portfólio: O RPPS possui liquidez em 63,10% dos recursos, permitindo a manutenção do portfólio em casos de mudanças no cenário econômico.

Informações Relevantes: Nossas recomendações são feitas com base em nossos periódicos e nossa estratégia de alocação. As realocações sugeridas foram feitas devido à uma exposição nos subsegmentos acima do recomendado e as alocações nos que se encontram abaixo do recomendado.

Recomendamos reduzir a exposição em CDI, que hoje limita o retorno real da carteira, para avançar na diversificação e captura de prêmios. Realocamos para LFs e TPFs, que oferecem maior retorno com risco controlado; ações livres e de dividendos, que se beneficiam da retomada econômica e geram renda; multimercados com exposição ao exterior, que protegem a carteira contra volatilidade local; e FIs, que contribuem com renda e valorização de longo prazo. A gestão tem sido eficiente: a carteira já acumula 5,06% no ano, superando a meta de 4,98%, com consistência e aderência às diretrizes do RPPS.

São Paulo, 04 de julho de 2025



Diego Lira de Moura
CORECON/SP - 37289
Consultor de Valores Mobiliários

Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos.

DISCLAIMER

Este documento (caracterizado como relatório, parecer ou análise) foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Trata-se apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são consubstanciadas em informações coletadas em fontes públicas e que julgamos confiáveis.

A utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos não nos torna responsáveis diretos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade delas, e não devem ser consideradas como tais.

As informações deste documento estão em consonância com as informações sobre os produtos mencionados, entretanto não substituem seus materiais oficiais, como regulamentos, prospectos de divulgação e outros. É recomendada a leitura cuidadosa destes materiais, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo, aos riscos e à política de investimento dos produtos. Todas as informações podem ser obtidas com o responsável pela distribuição, gestão ou no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Sua elaboração buscou atender os objetivos de investimentos do cliente, considerando a sua situação financeira e seu perfil.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados e/ou de longo prazo possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação. Os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários de bolsa, balcão, nos mercados de liquidação futura e de derivativos, podem resultar em perdas aos investimentos realizados, bem como o inverso proporcionalmente. Todos e qualquer outro valor exibido está representado em Real (BRL) e para os cálculos, foram utilizadas observações diárias, sendo sua fonte o Sistema Quantum Axis e a CVM.

A contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários para a emissão deste documento não assegura ou sugere a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco. Cabe a consultoria de valores mobiliários a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, de forma profissional, independente e individualizada, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do cliente.

Na apuração do cálculo de rentabilidade da carteira de investimentos são considerados os recursos descritos no art. 6º da Resolução CMN nº 4.963/2021, provenientes do recolhimento das alíquotas de contribuição dos servidores, exclusivamente com finalidade previdenciária, excluindo qualquer tipo de recurso recebidos com finalidade administrativa, em consonância com a Portaria nº 402/2008, art. 15, inciso III, alínea "a".

Os RPPS devem estar adequados às normativas pertinentes e principalmente a Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de Junho de 2022, Artigo 136 e suas alterações, além da Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021 e suas alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

